



INFORMATIVO

MARÇO | 2026

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

PODEMOS FOI O PARTIDO QUE MAIS CRESCEU NA JANELA PARTIDÁRIA

PÁG. 6

Câmara aprova proposta de Nely Aquino para combater violência contra mulheres

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Brunna Morais, Camila Aiube, Camile Tolentino, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, Gabriel Verly, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Philippe Zanchetta, Rafaella Panceri, Robert Alves, Artur Póvoa, Kayo Magalhães, Laércio Tomaz e Tikkho Maciel.

SUMÁRIO

- 4** Podemos foi o partido que mais cresceu na janela partidária
- 6** Câmara aprova proposta de Nely Aquino para combater violência contra mulheres
- 8** Deputado Glaustin da Fokus reforça luta pela atualização da Lei do Silêncio
- 10** Lei Renata Abreu salva vida e fortalece combate à violência contra a mulher
- 12** Deputado Haully quer antecipar Implantação do IBS da Reforma Tributária para de janeiro de 2027
- 14** Câmara aprova projeto de Gilson Daniel que endurece combate ao golpe do falso advogado no país
- 16** Projeto de lei permite sepultamento de pets junto aos seus tutores
- 18** Conteúdos relacionados à defesa dos animais podem ser incluídos no currículo escolar
- 20** Ruy garante avanço no combate à violência digital e mais transparência nas filas do INSS
- 22** PEC da Segurança: Tiago Dimas comemora aprovação e cobra redução da maioria penal para crimes hediondos
- 24** Rafael Fera defende fim do “sigilo de 100 anos” e cobra transparência no uso de dinheiro público
- 26** Pacote de medidas fortalece proteção animal no Brasil
- 28** Sargento Portugal destaca avanços da PEC da Segurança Pública
- 30** Câmara reage a fraudes e aprova Projeto de Lei relatado por Sérgio Santos Rodrigues contra falso advogado
- 32** Romero Rodrigues propõe projeto para garantir parto humanizado e mais proteção às gestantes
- 34** ARTIGO: Um ano de desprezo aos profissionais que sustentam a saúde do Brasil

“Cada um que veio, veio sonhar, veio ajudar a construir. E o que faz a gente crescer é justamente esse sentimento coletivo, esse sentimento de união”



PODEMOS AMPLIA BANCADA NA CÂMARA E FORTALECE PRESENÇA NACIONAL APÓS JANELA PARTIDÁRIA

O Podemos consolidou um importante crescimento na Câmara dos Deputados após a janela partidária, passando de 16 para 27 deputados federais com mandato e três suplentes. A nova composição reforça o caráter nacional da legenda, com representantes de todas as regiões do país, ampliando a diversidade de vozes e agendas dentro da bancada.

O avanço do partido não se concentra em apenas um estado, mas reflete uma expansão equilibrada, com destaque para o fortalecimento em diferentes unidades da federação, como São Paulo, Pará, Rondônia, Paraíba, Paraná, Goiás, entre outros. Esse movimento amplia a capilaridade do Podemos e reforça sua atuação em pautas regionais e nacionais.

A bancada segue sob a liderança da presidente nacional do partido, deputada Renata Abreu (SP), em seu terceiro mandato. Entre os novos quadros, há nomes com forte atuação em áreas como segurança pública, desenvolvimento regional e políticas sociais, refletindo a pluralidade de perfis que passam a compor o partido.

A presidente Renata Abreu (SP) resumiu o porquê de tantas pessoas estarem filiando-se à legenda: “Cada um que veio, veio sonhar, veio ajudar a construir. E o que faz a gente crescer é justamente esse sentimento coletivo, esse sentimento de união”, avaliou.

No Senado Federal, o Podemos também avança com a chegada do senador Giordano, fortalecendo a atuação da legenda na Casa e ampliando sua capacidade de articulação no Congresso Nacional.

Durante o período da janela, o partido registrou três saídas — Raimundo Costa (BA), Dr. Victor Linhalis (ES) e a deputada Enfermeira Ana Paula (CE) — e recebeu a filiação de 14 deputados federais, além de parlamentares que atualmente ocupam a suplência.

A nova bancada representa um momento de crescimento consistente e de consolidação do Podemos como

uma força política com presença nacional e compromisso com diferentes realidades do Brasil.

1. Renata Abreu - SP
2. Bruno Ganem - SP
3. Rodrigo Gambale - SP
4. Sargento Portugal - RJ
5. Gilson Daniel - ES
6. Nely Aquino - MG
7. Glaustin da Fokus - GO
8. Rafael Fera - RO
9. Tiago Dimas - TO
10. Fabio Macedo - MA
11. Romero Rodrigues - PB
12. Ruy Carneiro - PB
13. Luiz Carlos Haully - PR
14. Delegado Palumbo - SP
15. Antonio Carlos Rodrigues - SP
16. Felipe Becari - SP
17. Felipe Francischini - PR
18. Duda Ramos - RR
19. Olival Marques - PA
20. Ribamar Silva - SP
21. Cristiane Lopes - RO
22. David Soares - SP
23. Delegado Bruno Lima - SP
24. Marangoni - SP
25. Alessandra Haber - PA
26. Nelson Barbudo - MT
27. Gilberto Nascimento - SP
28. Rodrigo Estacho - PR*
29. Douglas Viegas - SP*
30. Luciano Alves - PR*

*Suplentes

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



QUER SABER MAIS SOBRE O CRESCIMENTO DA BANCADA ?

CÂMARA APROVA PROPOSTA DE NELY AQUINO PARA COMBATER VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3662/2025, de autoria da deputada federal Nely Aquino (MG), que aumenta as penas para crimes de lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte praticados contra mulheres por razões de gênero. A proposta agora segue para análise do Senado Federal.

O projeto altera o Código Penal para criar tratamento mais rigoroso quando a agressão estiver relacionada à condição do sexo feminino, como nos casos de violência doméstica, familiar ou motivada por discriminação contra a mulher.

Pelo texto aprovado, a pena para lesão corporal grave passa de 1 a 5 anos de reclusão para 3 a 8 anos. Já nos casos de lesão gravíssima, a punição será de 4 a 10 anos. Quando a agressão resultar em morte, a pena poderá chegar a 14 anos de prisão.

A proposta também estabelece causas de aumento de pena quando o crime for cometido com extrema violência, com uso de arma, na presença de familiares da vítima ou em descumprimento de medida protetiva. Em algumas situações, os crimes passam a ser considerados hediondos, reforçando a resposta penal contra a violência de gênero.

Para Nely Aquino, o objetivo da medida é fortalecer a proteção às mulheres e garantir que crimes motivados por violência de gênero tenham punições mais adequadas à sua gravidade.


“Não podemos aceitar que a violência contra a mulher seja tratada como algo menor. Este projeto endurece a lei e reafirma o compromisso do Parlamento com a proteção das mulheres.”

 O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Aprovamos o projeto da deputada Nely Aquino que endurece a pena para lesão corporal contra a mulher, passando para 2 a 5 anos de reclusão. Agora, a proposta segue para votação no Senado.



“Não podemos aceitar que a violência contra a mulher seja tratada como algo menor.



“Precisamos reconhecer que a acessibilidade não se limita apenas a rampas ou estruturas físicas, mas também envolve a criação de ambientes sensorialmente mais seguros para todos”

DEPUTADO GLAUSTIN DA FOKUS REFORÇA LUTA PELA ATUALIZAÇÃO DA LEI DO SILÊNCIO

Em uma sociedade cada vez mais diversa, a qualidade sonora dos ambientes também se tornou uma questão de equidade e saúde. Para muitas pessoas com hipersensibilidade auditiva, como indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o excesso de ruído pode representar uma barreira invisível que limita o bem-estar e até a participação social. Diante dessa realidade, o deputado federal Glaustin da Fokus tem defendido na Câmara dos Deputados a atualização da chamada Lei do Silêncio.

De autoria do parlamentar, o Projeto de Lei 4.299/2024 propõe modernizar os parâmetros de emissão sonora no País e instituir uma política nacional voltada à proteção dos direitos de pessoas com sensibilidade auditiva ampliada. A proposta se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, última comissão temática antes da análise no plenário da Casa.

Segundo o parlamentar, o objetivo da iniciativa não é aumentar punições, mas atualizar a legislação para refletir a realidade de uma sociedade cada vez mais diversa. A norma vigente estabelece limites de ruído considerando apenas padrões médios da população, sem levar em conta pessoas com maior sensibilidade auditiva. A proposta busca justamente corrigir essa lacuna.

O jurista e colaborador da proposta, Claudio Panoeiro, explica que pessoas autistas, idosos, animais e indivíduos com hipersensibilidade auditiva podem ser

significativamente afetados por níveis de ruído considerados toleráveis para a maioria da população. “Por isso, essa atualização é tão importante, uma vez que pretende adequar os limites de emissão sonora e criar um respaldo legal que proteja toda a comunidade.”, declara.

Tendências Globais

A ativista Larissa Lafaiete aponta que, para indivíduos com hipersensibilidade auditiva, sons considerados comuns podem gerar desconforto intenso. Estudos da Organização Mundial da Saúde indicam que o limiar de desconforto pode ser significativamente menor nesses casos. Enquanto níveis de até 70 decibéis são geralmente tolerados pela população em geral, pessoas com TEA podem experimentar sobrecarga sensorial com ruídos impulsivos muito inferiores a esse patamar.

Ainda de acordo com Glaustin da Fokus, com a atualização da legislação, o projeto busca colocar o Brasil em sintonia com tendências globais de inclusão e acessibilidade. “Precisamos reconhecer que a acessibilidade não se limita apenas a rampas ou estruturas físicas, mas também envolve a criação de ambientes sensorialmente mais seguros para todos”, reitera.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Glaustin da Fokus (GO) propõe atualizar a Lei do Silêncio para proteger pessoas com hipersensibilidade auditiva, como autistas.

LEI RENATA ABREU SALVA VIDA E FORTALECE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Durante uma reunião da deputada federal Renata Abreu (SP) com mulheres em Osasco, uma participante levantou a mão e pediu a palavra. Ela contou que havia viajado do Rio Grande do Sul apenas para agradecer. Segundo ela, a vida da irmã foi salva graças à Lei 13.931/2019, proposta por Renata Abreu.

O motivo foi simples — e ao mesmo tempo poderoso. Profissionais de saúde identificaram sinais de violência doméstica, registraram a situação no prontuário médico e comunicaram a polícia. Quando os policiais chegaram à casa da vítima, encontraram a mulher sendo espancada naquele momento. A rápida intervenção impediu uma tragédia.

A Lei 13.931/2019 determina que hospitais e unidades de saúde, públicos ou privados, comuniquem à polícia, em até 24 horas, qualquer suspeita ou confirmação de violência contra a mulher. Além do atendimento médico, os profissionais devem registrar o caso no prontuário e informar as autoridades para que medidas de proteção possam ser tomadas rapidamente.

Segundo Renata Abreu, a lei nasceu da escuta de muitas mulheres. Em diversas conversas, vítimas relatavam que procuravam hospitais depois de sofrer agressões, mas não conseguiam denunciar os agressores. “Medo,

dependência financeira ou pressão familiar muitas vezes impediam a denúncia”, lembra a deputada.

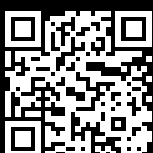
Antes da lei, médicos e enfermeiros percebiam sinais claros de violência, mas não tinham obrigação de comunicar as autoridades. Agora, quando há suspeita de agressão, o hospital precisa registrar o caso e informar a polícia em até 24 horas. Isso permite uma resposta mais rápida do Estado para proteger a vítima e interromper o ciclo de violência.

Desde então, a chamada Lei Renata Abreu se tornou uma importante ferramenta de proteção às mulheres.

Infelizmente, os casos de feminicídio ainda preocupam o país. Todos os dias surgem novas histórias de violência nos noticiários. Por isso, além de denunciar o problema, “é essencial buscar soluções e fortalecer mecanismos de proteção”, destaca a deputada e presidente nacional do Podemos.


Cada vida salva mostra que políticas públicas podem fazer a diferença. E reforça uma certeza: quando o silêncio é quebrado, vidas podem ser protegidas.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

O crescimento do Podemos na Câmara é reflexo de um trabalho sólido, que conquista cada vez mais espaço no Brasil.



“Saber que uma vida foi salva graças a essa lei foi um dos momentos mais marcantes da minha vida pública.”



“Os setores produtivos reivindicam a antecipação para se livrarem do pior e mais caótico sistema tributário do mundo. A antecipação permitirá simplificação e reduzirá distorções”

DEPUTADO HAULY QUER ANTECIPAR IMPLANTAÇÃO DO IBS DA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA DE JANEIRO DE 2027

Para garantir maior celeridade, racionalidade e efetividade à transição do modelo tributário atualmente vigente para o novo sistema, reduzindo o excessivo período de convivência entre regimes distintos, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) está coletando assinaturas para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que antecipa para 1º de janeiro de 2027 a entrada em vigor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo criado pela reforma tributária para substituir o ICMS e o ISS. A minuta altera o calendário da Emenda Constitucional 132/2023 e encurta a convivência entre o sistema antigo e o novo.

Economista, ex-secretário da Fazenda do Paraná e que há mais de 30 anos luta pela modernização e aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro, Hauly argumenta que a demora para a implantação do IBS irá ampliar a complexidade operacional, a insegurança jurídica e os custos de conformidade para contribuintes e administrações tributárias. O cronograma original previa uma transição gradual até 2033. Hauly argumenta que o modelo atual de transição é muito lento e que a antecipação traria benefícios econômicos mais rapidamente.

Nas entrevistas e pronunciamentos sobre essa PEC, Hauly tem explicado que “Os setores produtivos estão reivindicando a antecipação para se livrarem rapidamente do pior e mais caótico sistema tributário do

mundo. A antecipação da vigência do IBS permitirá uma simplificação mais rápida da tributação sobre o consumo, reduzindo distorções, harmonizando regras, eliminando a cumulatividade e proporcionando um ambiente tributário mais transparente, neutro e eficiente, em consonância com as melhores práticas internacionais”.

Ele reforça que “o atual modelo também impõe elevado ônus às empresas no cumprimento de obrigações acessórias complexas, na gestão de créditos tributários e na convivência com a chamada guerra fiscal entre Estados e Municípios. A antecipação do novo sistema reduz esse custo de conformidade, liberando recursos que poderão ser direcionados a investimentos produtivos, inovação e geração de empregos”.

O deputado argumenta também que “estudos amplamente debatidos no contexto da Reforma Tributária indicam que a adoção do novo modelo poderá elevar o Produto Interno Bruto potencial do Brasil em aproximadamente 12% a 20% ao longo de um período de quinze anos, em razão do aumento da produtividade, da redução de custos administrativos e da melhora do ambiente de negócios. Quanto mais célere for a implementação do novo sistema, mais cedo o País passará a colher tais benefícios econômicos”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Luiz Carlos Hauly (PR) segue no Congresso lutando por uma nova lei da Micro e Pequena Empresa e avanços para o MEI.

CÂMARA APROVA PROJETO DE GILSON DANIEL QUE ENDURECE COMBATE AO GOLPE DO FALSO ADVOGADO NO PAÍS

Proposta cria mecanismos de verificação, aumenta a segurança nas comunicações e dificulta atuação de criminosos que usam dados judiciais para aplicar fraudes

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei de autoria do deputado federal Gilson Daniel (ES) que estabelece medidas para coibir o chamado “golpe do falso advogado”, prática criminosa que tem crescido no país com o uso indevido de informações de processos judiciais para enganar vítimas. As regras estão previstas no Projeto de Lei 4709/2025.

A proposta avança ao criar instrumentos concretos para reduzir a vulnerabilidade das comunicações entre advogados e clientes, principal porta de entrada para esse tipo de fraude.

Na prática, o projeto fortalece a prevenção ao golpe ao:

- Estimular mecanismos de verificação de identidade nas comunicações entre advogados e clientes
- Aumentar a rastreabilidade das interações, dificultando a atuação de criminosos
- Elevar o nível de segurança no uso de aplicativos e meios digitais utilizados no contato profissional
- Reduzir o uso indevido de dados públicos de processos judiciais para aplicação de fraudes

O golpe do falso advogado tem se tornado cada vez mais sofisticado. Criminosos acessam informações de processos, entram em contato com as partes e se passam por advogados ou escritórios, solicitando pagamentos indevidos

sob a falsa promessa de liberação de valores judiciais.

Com as novas medidas, o projeto busca quebrar exatamente esse ciclo, tornando mais difícil a falsificação de identidade e ampliando a capacidade de identificação de tentativas de fraude.

O texto foi construído a partir de discussões técnicas com a OAB Espírito Santo, o Conselho Federal da OAB e a equipe jurídica do gabinete do parlamentar, reunindo contribuições de profissionais que enfrentam esse problema diariamente.

Para o deputado Gilson Daniel, a proposta representa uma resposta concreta a um crime que afeta diretamente a população.

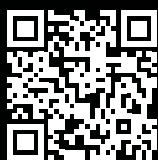
“Esse projeto ataca o problema na raiz. Ele cria mecanismos para dificultar a ação dos golpistas e dar mais segurança para o cidadão na hora de se comunicar com seu advogado. É proteção real para quem mais precisa”, afirmou.

Além da proteção ao cidadão, a proposta também fortalece a credibilidade da advocacia, ao estabelecer parâmetros mais seguros para a comunicação profissional em ambiente digital.

“A gente protege o cidadão, protege o profissional sério e fortalece a confiança no sistema de Justiça”, completou.

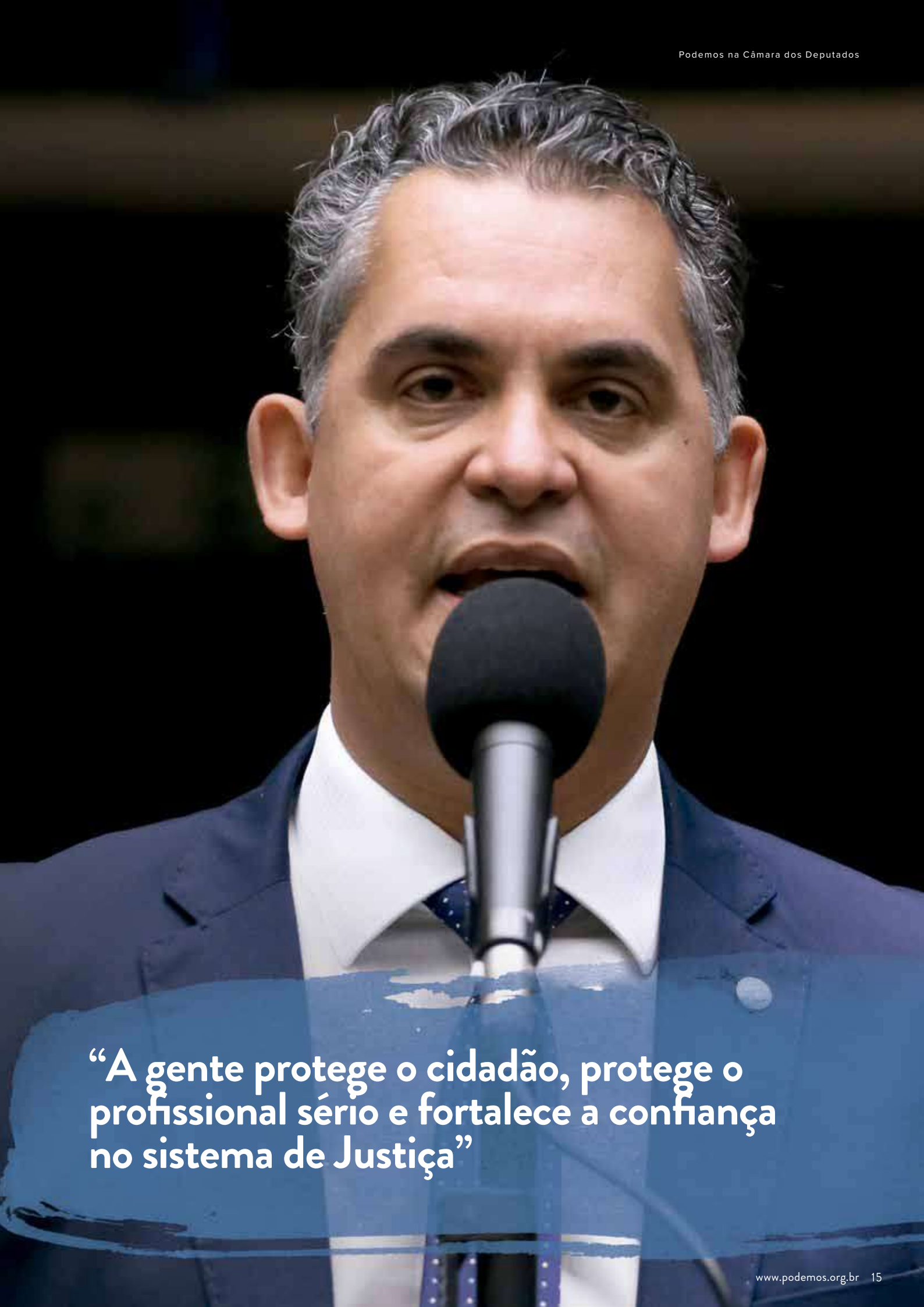
A proposta segue agora para análise do Senado Federal.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A Câmara está mais perto de você do que muita gente imagina.

A close-up photograph of a man with short, wavy, grey hair, wearing a dark blue suit jacket, a white dress shirt, and a dark blue tie with white polka dots. He is speaking into a black microphone. The background is dark and out of focus.

“A gente protege o cidadão, protege o profissional sério e fortalece a confiança no sistema de Justiça”



“Os animais fazem parte da família. Nosso projeto busca garantir que esse vínculo de amor e companheirismo seja respeitado até o último momento”

PROJETO DE LEI PERMITE SEPULTAMENTO DE PETS JUNTO AOS SEUS TUTORES

O deputado federal Rodrigo Gambale (SP) apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 975/2026, que estabelece diretrizes gerais para permitir o sepultamento de cães e gatos junto às famílias de seus tutores em cemitérios públicos e privados.

A proposta reconhece o vínculo afetivo cada vez mais forte entre pessoas e seus animais de estimação. Para muitas famílias, os pets são verdadeiros membros do lar, participando da rotina, oferecendo companhia e fortalecendo laços emocionais.

O projeto busca regulamentar essa possibilidade de forma responsável, estabelecendo critérios sanitários e administrativos que garantam segurança e respeito às normas ambientais e de saúde pública. A proposta prevê que o sepultamento conjunto poderá ocorrer mediante autorização dos cemitérios e seguindo as exigências legais e técnicas estabelecidas pelos órgãos competentes.

Além de reconhecer o valor afetivo dos animais na vida das pessoas, o PL também contribui para ampliar o debate sobre políticas públicas voltadas ao bem-estar animal e à relação entre sociedade e pets.

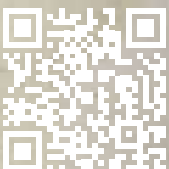
Segundo o deputado Rodrigo Gambale, a iniciativa nasce da necessidade de adaptar a legislação à realidade atual das famílias brasileiras, que cada vez mais consideram seus animais como parte integrante da família.

O parlamentar destaca ainda que a proposta não cria obrigação para os cemitérios, mas estabelece diretrizes que possibilitam essa prática de forma regulamentada, respeitando a decisão das famílias e garantindo segurança sanitária.

Com o avanço das discussões sobre proteção e bem-estar animal no Brasil, iniciativas como essa reforçam a importância de reconhecer o papel dos pets na vida das pessoas e de construir uma legislação mais sensível às novas realidades sociais.

“Os animais fazem parte da família. Nosso projeto busca garantir que esse vínculo de amor e companheirismo seja respeitado até o último momento”, afirma o deputado Rodrigo Gambale.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

Orgulho de trabalhar pelo Brasil ao lado de quem faz a diferença.

CONTEÚDOS RELACIONADOS À DEFESA DOS ANIMAIS PODEM SER INCLUÍDOS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Proposta do deputado Fabio Macedo reforça a conscientização de que animais não são objetos

Conteúdo relacionado à prevenção de todas as formas de violência contra os animais pode ser incluído nos currículos escolares. É o que propõe o deputado Fabio Macedo (MA), que cumpre por meio de projeto de lei, o planejamento de ações em defesa dos animais.

De acordo com o parlamentar, o objetivo da proposta é garantir que a proteção, o respeito e a empatia com os animais sejam efetivamente trabalhados nas escolas. “O objetivo é estimular, desde a infância, o cuidado, a ética e a responsabilidade socioambiental com os animais”, destaca.

O texto prevê a produção e a distribuição de material didático indicado a cada nível de ensino, incluindo conteúdos relativos aos direitos humanos e dos animais. A proposta pontua ações de prevenção para combate à violência contra seres vulneráveis — animais, crianças e

adolescentes; e mulheres expostas à ameaça ou risco de agressão moral e física.

O projeto determina que a violência contra os animais seja enquadrada como ato infracional, com imposição de prestação de serviços comunitários em que o infrator aprenda a conviver e cuidar de animais. “Tratamento cruel, abandono ou cativeiro de animais em situações insalubres e que acarretam sofrimento devem ser objeto de punição”, enfatiza o deputado.

A proposta também prevê a criação do Dia Nacional de Proteção, Respeito e Empatia com os Animais, a ser realizado anualmente, em 4 de outubro, como forma de conscientizar a sociedade e, de modo especial, reforçar o tema nas escolas.


O Projeto de Lei 958/2026 tramita nas comissões temáticas da Câmara dos Deputados.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Fabio Macedo (MA) tem levantado essa bandeira ao defender um programa nacional de prevenção à depressão, ampliando o acesso à informação, ao cuidado e ao apoio psicológico em todo o país.

A close-up photograph of a man with short, dark hair, wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a blue tie. He is looking slightly to the right of the camera with a serious expression. A blue microphone is positioned in front of him, partially obscuring his chest. The background is dark and out of focus.

“Tratamento cruel, abandono ou cativeiro de animais em situações insalubres e que acarretam sofrimento devem ser objeto de punição”



“A internet não pode ser um espaço de impunidade. Minha postura será sempre firme para garantir que a justiça prevaleça para proteger nossas famílias”

RUY GARANTE AVANÇO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DIGITAL E MAIS TRANSPARÊNCIA NAS FILAS DO INSS

Duas importantes vitórias para o povo brasileiro avançaram no Congresso Nacional, no mês de março, através da atuação direta do deputado federal Ruy Carneiro (PB). O parlamentar foi o relator de projetos de lei que ampliam o combate à violência digital e a transparência nos processos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No campo da segurança digital, Ruy, que é coautor da lei contra crimes virtuais, relatou o Projeto de Lei 847/2019, que unifica 32 matérias legislativas para endurecer as leis contra crimes cibernéticos. O novo texto eleva a pena de detenção para seis meses a dois anos, além de multa, garantindo que o agressor responda pelo cyberbullying acumulado a outros crimes, como ameaça ou lesão corporal.

“Proteger nossas crianças, adolescentes e mulheres contra a covardia do mundo virtual é uma missão prioritária. A internet não pode ser um espaço de impunidade. Minha postura será sempre firme para garantir que a justiça prevaleça para proteger nossas famílias”, enfatizou o deputado.

Já no que diz respeito ao INSS, o relatório de Ruy ao Projeto de Lei nº 2.395/2025 cria regras rígidas de transparência para garantir mais previsibilidade a quem

espera para ter acesso a um benefício. Pelo texto aprovado, o órgão deverá disponibilizar no portal e aplicativo oficial o número do protocolo, o setor onde o pedido se encontra, a data da última movimentação e a previsão estimada de conclusão.

“Estamos garantindo transparência total para milhões de brasileiros, que hoje, infelizmente esperam meses por uma resposta do INSS, sem saber em que etapa está o processo ou quando vai acabar. Esse projeto muda isso. Com essa mudança, o cidadão vai poder acompanhar cada fase do seu pedido. Mais do que informação, isso significa respeito, dignidade e eficiência no serviço público”, destacou o deputado.

A medida visa reduzir a sensação de abandono dos segurados e diminuir a judicialização excessiva, que custa caro aos cofres públicos. O projeto também assegura que, em caso de negativa do benefício, o INSS forneça a decisão completa e motivada, além de permitir o acesso à íntegra do processo administrativo.

As duas matérias foram aprovadas durante reunião da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O texto do deputado Ruy Carneiro (PB) já passou pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e segue em discussão.

PEC DA SEGURANÇA: TIAGO DIMAS COMEMORA APROVAÇÃO E COBRA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Parlamentar foi favorável à proposta que muda sistema de segurança no país, permite criação de polícias municipais e fortalece combate ao crime

Aprovada por ampla maioria e com voto favorável do deputado federal Tiago Dimas (TO) em dois turnos na noite desta quarta-feira, 4 de março, a PEC da Segurança Pública (Proposta de Emenda à Constituição 18/25) é um avanço para o país. Tiago Dimas destacou que ela fortalece os Estados e municípios, cria mecanismos mais duros de combate ao crime organizado com regras para um sistema integrado de segurança, prevê penas mais severas para pedofilia, estupro e feminicídios e cria o estatuto da vítima.

“Em linhas gerais, cumprimos o nosso papel de legislador. Infelizmente, cada vez mais a segurança pública é um problema para a população e nós precisamos dotar as autoridades de instrumentos legais e recursos para o efetivo combate do crime. Com essa PEC, demos um passo fundamental nessa direção. Tenho convicção que o Senado fará a parte dele e logo o texto estará promulgado, na Constituição e valendo”, ressaltou Tiago Dimas.

O parlamentar lembrou, ainda, que agora é o momento de o Brasil fazer avançar a proposta de redução da maioridade penal para crimes hediondos dos atuais 18 anos de idade para 16 anos de idade. Por um acordo do relator da PEC, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), o dispositivo que previa esse mecanismo foi retirado e, agora, o compromisso é tratar o tema em uma PEC específica.

“Evidente que uma mudança dessas tem que ser debatida. O relator e o presidente da Câmara, Hugo Mota (Republicanos-PB), entenderam isso e fizeram bem. Agora, vou trabalhar para que o acordo seja cumprido e tema enfrentado por nós o mais rápido possível. É um anseio da sociedade. Como disse lá em 2019 no meu primeiro dia de mandato na Câmara, sou favorável. Quem tem discernimento para praticar um homicídio qualificado, um latrocínio, um estupro, um sequestro com grave violência, precisa responder sob o mais estrito rigor da lei, mesmo que tenha 16 anos”, pontuou o parlamentar, ao ressaltar que com essa idade os jovens já têm uma série de direitos como a possibilidade de votar e trabalhar formalmente.

PEC aprovada cria mecanismo financeiro

Sobre a PEC da Segurança Pública, Tiago Dimas avalia que uma das maiores vitórias para o Tocantins é a

garantia de recursos contínuos e sem burocracia. O texto aprovado determina que a União repassará aos Estados, a título de transferência obrigatória e independentemente de convênios, 50% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Além disso, o Estado também receberá 50% do Fundo Penitenciário Nacional (excluídas as despesas do órgão federal).

“Com isso, o governo do Estado terá uma fonte de financiamento permanente e carimbada para investir em viaturas, armamentos, tecnologia e infraestrutura prisional”, frisou o deputado. Entre as fontes que alimentarão esses fundos, destacam-se 30% da arrecadação das loterias de apostas esportivas (as “Bets”) e 10% do superávit financeiro do Fundo Social do Pré-Sal. O texto veda o contingenciamento desses valores.

Rigor Contra o Crime Organizado e Facções

A PEC adota um regime jurídico mais rigoroso para líderes de organizações criminosas e autores de crimes de alta lesividade. O texto estabelece regras duras, como a obrigatoriedade de prisão em estabelecimentos de segurança máxima (inclusive o famoso RDD - Regime Disciplinar Diferenciado) e vedações a benefícios como progressão de regime, saídas temporárias e liberdade em audiências de custódia para criminosos perigosos e reincidentes. “Colocando isso em prática, começamos a impedir que o sistema penitenciário estadual seja utilizado como escritório do crime, como infelizmente acontece em todo o país atualmente”, disse Tiago Dimas.

Empoderamento dos Municípios Tocantinenses

A PEC também inova ao permitir que os municípios do Tocantins constituam Polícias Municipais. Cidades de maior porte e com capacidade financeira poderão transformar suas guardas municipais em polícias estruturadas para o patrulhamento ostensivo e comunitário, somando forças com a Polícia Militar e a Polícia Civil na garantia da ordem em âmbito local.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Tiago Dimas já assinou uma proposta que pode mudar o quanto você paga de IPVA.



“A internet não pode ser um espaço de impunidade. Minha postura será sempre firme para garantir que a justiça prevaleça para proteger nossas famílias”

A portrait of a man with a beard and mustache, wearing a light grey suit jacket, a dark green shirt, and a light blue tie. He is looking slightly to the right of the camera with a neutral expression. The background is blurred, showing some circular light patterns.

“A publicidade tem que ser regra, o sigilo a exceção. O cidadão tem o direito sagrado de saber como cada centavo do seu imposto está sendo utilizado”

RAFAEL FERA DEFENDE FIM DO “SIGILO DE 100 ANOS” E COBRA TRANSPARÊNCIA NO USO DE DINHEIRO PÚBLICO

O deputado federal Rafael Fera (RO) protocolou projeto de lei que coloca um ponto final nas brechas da Lei de Acesso à Informação (LAI) que permitem o uso indevido de sigilo em gastos públicos. A proposta foca na revisão do polêmico “sigilo de 100 anos”, frequentemente aplicado a informações de interesse da sociedade sob o pretexto de foro íntimo.

O projeto do parlamentar altera a Lei nº 12.527/2011 para garantir que despesas relacionadas a cartões corporativos, viagens oficiais e gastos de representação não possam ser ocultadas da população. Atualmente, o artigo 31 da LAI tem sido interpretado de forma a permitir que dados sobre a execução orçamentária e financeira de autoridades sejam restringidos por até um século.

“A publicidade tem que ser regra, o sigilo a exceção. O cidadão tem o direito sagrado de saber como cada centavo do seu imposto está sendo utilizado. Não podemos permitir que o sigilo seja usado como escudo para encobrir atos de autoridades”, afirma o deputado.

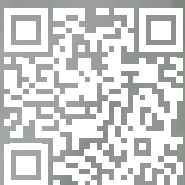
Além disso, a proposta estabelece que nenhuma informação relativa à execução orçamentária, financeira ou patrimonial poderá sofrer restrição, salvo em casos específicos e temporários de segurança nacional. O texto prevê exceções limitadas apenas para atividades essenciais de interesse do Estado, desde que devidamente fundamentadas com requisitos técnicos.

Para Rafael Fera, a transparência total é o instrumento mais eficaz na prevenção da corrupção e no fortalecimento da confiança nas instituições.

“A boa gestão pública depende da capacidade do cidadão de exercer o controle social. Ao abrirmos as contas e eliminarmos essas brechas, estamos protegendo o Estado Democrático de Direito e garantindo que o interesse público prevaleça sobre interesses individuais ou políticos”, conclui o deputado.

O projeto agora segue para análise na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Rafael Fera é autor do projeto que coloca um ponto final nas brechas da Lei de Acesso à Informação (LAI). Chega de usar o sigilo para esconder o que a população tem o direito de saber!

PACOTE DE MEDIDAS FORTALECE PROTEÇÃO ANIMAL NO BRASIL

Propostas integram denúncia, prevenção e endurecimento legal contra maus-tratos

O deputado Bruno Ganem vem consolidando um conjunto de iniciativas que ampliam a proteção aos animais no Brasil, combinando medidas legislativas e estruturais. Entre os destaques estão a proposta de criação de um canal nacional unificado para denúncias — o “Disque Animal” — e o avanço de projetos que endurecem as punições para crimes de maus-tratos.

A estratégia adotada pelo parlamentar busca enfrentar o problema de forma abrangente, atuando tanto na prevenção quanto na resposta às ocorrências. Atualmente, o sistema de denúncias é considerado fragmentado, o que dificulta o acesso da população e reduz a eficácia das ações. A centralização proposta pretende tornar o processo mais ágil e acessível.

“Denúncia precisa virar ação concreta”, afirmou Ganem, ao defender a integração entre sociedade e poder público como elemento-chave para o sucesso das políticas

de proteção animal. Segundo ele, o fortalecimento das leis precisa ser acompanhado por mecanismos eficientes de aplicação.

Além do canal nacional, os projetos em tramitação também visam ampliar penalidades e reforçar a fiscalização, criando um ambiente mais rigoroso para coibir abusos. Especialistas destacam que a combinação dessas medidas pode gerar impactos positivos tanto na redução dos casos quanto na conscientização da sociedade.


O conjunto de propostas reflete uma tendência de fortalecimento da agenda animal no país, com maior articulação política e engajamento social. Caso avancem, as iniciativas podem representar um marco na forma como o Brasil enfrenta a violência contra animais, promovendo um sistema mais integrado, eficiente e alinhado às demandas contemporâneas.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A Lei 17.335/2021, de Bruno Ganem, é uma conquista do Podemos que garante prioridade no atendimento a pessoas em tratamento oncológico — em vigor desde 2021.

A close-up photograph of a man with dark hair, wearing a blue suit jacket, a white shirt, and a red tie with a white pattern. He is smiling slightly and looking towards the right. A black microphone is positioned in front of him. A blue graphic overlay is at the bottom of the image, containing white text.

“Caso avancem, as iniciativas podem representar um marco na forma como o Brasil enfrenta a violência contra animais, promovendo um sistema mais integrado”



“A PEC representa um avanço no combate ao crime organizado, mas sigo cobrando valorização, respeito e condições justas para quem arrisca a vida na segurança pública, ou seja, os operadores”

SARGENTO PORTUGAL DESTACA AVANÇOS DA PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA

O deputado federal Sargento Portugal (RJ), um dos principais representantes da segurança pública no Congresso Nacional, acompanhou de perto a aprovação da PEC 18/2025, que promove mudanças estruturais na política de segurança pública brasileira e fortalece o combate ao crime organizado.

A proposta foi aprovada no plenário da Câmara dos Deputados no dia 4 de março de 2026, após acordo entre as lideranças para votação da redação final apresentada pelo relator, deputado Mendonça Filho. Para acelerar a tramitação, houve quebra de interstício, permitindo que os dois turnos fossem votados na mesma sessão.

Na avaliação do parlamentar, a aprovação da PEC representa um avanço importante diante do crescimento das organizações criminosas no país. Entre os pontos do texto aprovado estão o endurecimento do combate ao crime organizado, com medidas como o isolamento de lideranças em presídios de segurança máxima, restrições a benefícios penais e a possibilidade de confisco de bens utilizados por organizações criminosas, com destinação dos recursos para a segurança pública.

A proposta também garante maior previsibilidade de recursos para o setor ao impedir o contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), além de prever novas fontes de financiamento com recursos provenientes das apostas de quota fixa. Outro ponto destacado é o fortalecimento da inteligência e da integração entre os órgãos responsáveis pelo compartilhamento de informações estratégicas no combate ao crime.

Durante a tramitação da proposta, o deputado também atuou para corrigir um ponto que poderia gerar prejuízos às Guardas Municipais. Inicialmente, esses

profissionais ficaram de fora de parte das mudanças previstas na estrutura da segurança pública. Ao identificar essa situação, o parlamentar articulou junto a outros deputados e lideranças para que o tema fosse revisto, garantindo o reconhecimento e o fortalecimento da atuação das guardas dentro do sistema de segurança pública.

Apesar dos avanços, Sargento Portugal ressalta que ainda faltou um olhar mais atento para o operador da segurança pública. Segundo ele, durante a tramitação houve mobilização de parlamentares ligados à área para incluir medidas voltadas às categorias, especialmente relacionadas às condições de trabalho, garantias funcionais e aposentadoria.

“A PEC representa um avanço no combate ao crime organizado, mas sigo cobrando valorização, respeito e condições justas para quem arrisca a vida na segurança pública, ou seja, os operadores.”

O deputado afirma que continuará trabalhando no Congresso Nacional para avançar nessas pautas e garantir condições mais justas para os profissionais que dedicam suas vidas à proteção da sociedade. Ele também reforça que as portas de seu gabinete sempre estiveram e continuarão abertas para ouvir e apoiar todas as categorias da segurança pública.

Ao tratar do debate sobre a maioria penal, o parlamentar também reafirmou sua posição favorável à redução. Para ele, a discussão precisa ser enfrentada com seriedade e contar com a participação da população. Nesse sentido, defende que a redução da maioria penal para 16 ou 14 anos seja submetida à decisão direta dos brasileiros por meio de plebiscito ou validada posteriormente por referendo popular.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A aprovação da PEC 18 é um passo importante para fortalecer a segurança pública no Brasil.

CÂMARA REAGE A FRAUDES E APROVA PROJETO DE LEI RELATADO POR SÉRGIO SANTOS RODRIGUES CONTRA FALSO ADVOGADO

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4.709/2025, que estabelece um conjunto robusto de medidas para prevenir e combater o chamado “golpe do falso advogado”, uma das fraudes digitais que mais crescem no país. A proposta, relatada pelo deputado Sérgio Santos Rodrigues (MG), representa um avanço significativo na proteção de cidadãos e no fortalecimento da credibilidade do sistema de Justiça.

O parecer do relator destacou a gravidade do problema, que já alcança dimensão nacional. Dados apresentados indicam milhares de registros da prática criminosa, que utiliza informações públicas de processos judiciais para enganar vítimas, principalmente por meio de aplicativos de mensagens. O prejuízo vai além do financeiro, atingindo também a confiança nas instituições e na advocacia.

O texto aprovado enfrenta o problema de forma estruturada, com medidas nos campos penal, tecnológico e institucional. Entre os principais avanços, estão a criação de novos tipos penais específicos para fraudes com uso de dados judiciais e a tipificação da impersonação de advogados, com penas mais adequadas à gravidade das condutas.

Além disso, o projeto estabelece padrões mínimos de segurança para o acesso a processos eletrônicos,

como autenticação multifator, rastreamento de acessos e proteção de dados sensíveis. Também prevê a atuação coordenada entre Judiciário, instituições financeiras e plataformas digitais, garantindo respostas rápidas para bloqueio de valores e interrupção de fraudes em andamento.

Outro ponto relevante é a criação do Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico (CANCEE), instrumento que permitirá maior efetividade na prevenção à reincidência, respeitando as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados.

Para o relator, a proposta preenche uma lacuna urgente no ordenamento jurídico e oferece respostas concretas a um crime que se sofisticou com o avanço tecnológico. A aprovação do projeto reforça o compromisso do Parlamento com a segurança jurídica, a proteção dos cidadãos e a modernização das instituições diante dos desafios digitais.

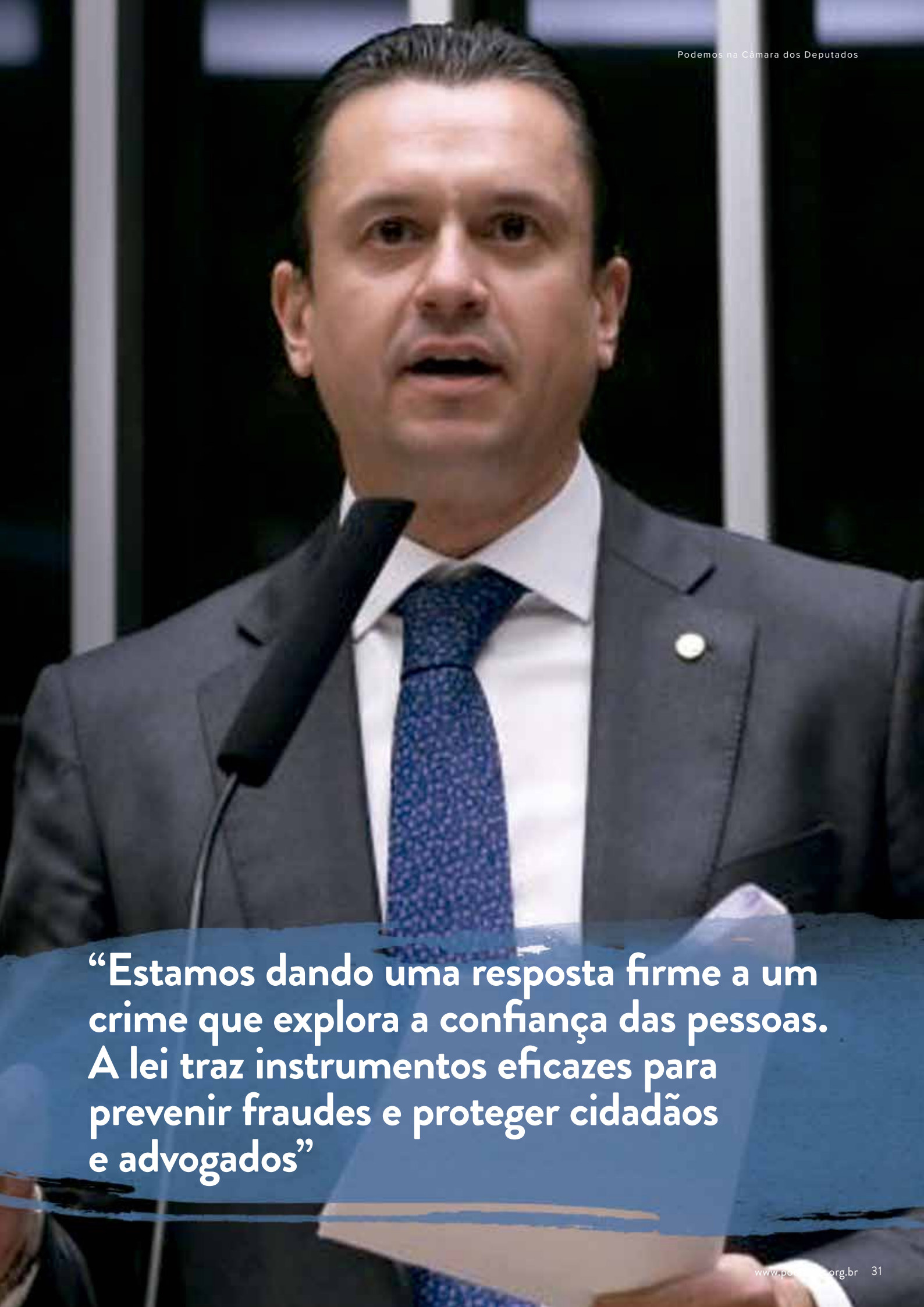
“Estamos dando uma resposta firme a um crime que explora a confiança das pessoas. A lei traz instrumentos eficazes para prevenir fraudes e proteger cidadãos e advogados.”

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Parabéns ao deputado Sérgio Santos Rodrigues por dar voz a uma causa tão importante.

A man with dark hair, wearing a dark grey suit, a white shirt, and a blue patterned tie, is speaking into a black microphone. He is holding a white document in his left hand. The background is dark with vertical white lines.

“Estamos dando uma resposta firme a um crime que explora a confiança das pessoas. A lei traz instrumentos eficazes para prevenir fraudes e proteger cidadãos e advogados”



“O parto deve ser um momento de acolhimento, não de sofrimento causado por falhas no sistema”

ROMERO RODRIGUES PROPÕE PROJETO PARA GARANTIR PARTO HUMANIZADO E MAIS PROTEÇÃO ÀS GESTANTES

O deputado federal Romero Rodrigues (PB) é o autor de uma proposta legislativa que busca transformar a realidade do atendimento à gestação e ao parto no Brasil, estabelecendo diretrizes claras para a humanização do cuidado e o fortalecimento da proteção às mulheres. A iniciativa nasce a partir da escuta de especialistas, profissionais de saúde e, sobretudo, de mulheres que relatam experiências marcadas por desrespeito, negligência e práticas inadequadas durante o atendimento. Sensível a essa realidade, o parlamentar apresentou o projeto com o objetivo de assegurar que o nascimento seja conduzido com dignidade, segurança e respeito.

“O parto deve ser um momento de acolhimento, não de sofrimento causado por falhas no sistema. Nosso compromisso é garantir que todas as mulheres sejam tratadas com respeito e tenham seus direitos preservados”, destaca Romero Rodrigues.

A proposta estabelece diretrizes para a atenção humanizada à gestação, ao parto e ao puerpério, reforçando o protagonismo da mulher nas decisões sobre seu próprio corpo e assegurando o acesso à informação clara e adequada. O texto também prevê o fortalecimento de mecanismos de fiscalização, com foco na prevenção e no combate a práticas abusivas.

Além disso, o projeto incentiva a qualificação e a sensibilização dos profissionais de saúde, reconhecendo que a melhoria do atendimento passa por uma mudança cultural nas instituições. A meta é promover um modelo de cuidado mais acolhedor, ético e centrado na paciente.

Para o deputado, a proposta representa um avanço importante na consolidação de políticas públicas que valorizem a vida desde o nascimento. “Estamos dando um passo decisivo para que a humanização do parto deixe de ser apenas um ideal e se torne uma realidade em todo o país”, afirma.

A matéria segue em tramitação na Câmara dos Deputados e deve ser analisada pelas comissões temáticas antes de ir a plenário. Romero Rodrigues reforça a importância do debate público e da participação da sociedade na construção de soluções que impactam diretamente a vida das famílias brasileiras.

Com a autoria da proposta, o parlamentar reafirma seu compromisso com uma saúde pública mais justa, eficiente e humanizada, colocando a dignidade da mulher e o bem-estar das crianças no centro das políticas públicas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Romero Rodrigues é autor de uma proposta que busca transformar a realidade do atendimento à gestação e ao parto no Brasil, criando regras claras para a humanização do cuidado e o fortalecimento da proteção às mulheres.

ARTIGO - ENFERMEIRA ANA PAULA | Deputada federal (CE)

UM ANO DE DESPREZO AOS PROFISSIONAIS QUE SUSTENTAM A SAÚDE DO BRASIL

PEC 19/2024, parada há um ano na CCJ do Senado, expõe a hipocrisia de quem clama por saúde, mas ignora os profissionais da linha de frente

Há um ano, a PEC 19/2024 jaz engavetada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, como um paciente abandonado em uma maca de hospital público. Essa proposta, que prevê um índice de reajuste anual para o piso salarial da enfermagem e o vincula à jornada de 30 horas semanais, representa não apenas uma conquista merecida, mas a reparação de décadas de humilhação salarial. Enquanto isso, mais de 3 milhões de profissionais da enfermagem — enfermeiros, técnicos e auxiliares — penam com salários defasados, inflação galopante e uma desvalorização que transforma o cuidado em caridade forçada.

A paralisia da matéria na CCJ é um escárnio deliberado. Um ano se arrastou sem que senadores, tão ágeis em aprovar emendas bilionárias para aliados políticos, movessem um dedo para debater o texto. A enfermagem, que segurou o SUS de pé durante a pandemia, colhendo os louros alheios em fotos e discursos vazios, agora é relegada ao esquecimento. Essa inércia não é acidente: é estratégia, um cálculo frio para diluir a urgência de quem não tem lobbies milionários nem ternos caros nos corredores do poder.

Nesta terça-feira, 17 de março, Brasília foi palco de um ato histórico que ecoou como um grito de guerra. Mais de 5 mil profissionais de enfermagem de todo o Brasil lotaram as ruas da capital federal, vindos de Norte a Sul, com faixas, cartazes e uma energia palpável. Foi uma demonstração de força, potência e unidade inabaláveis — a maior mobilização da categoria desde a aprovação do piso em 2022.

Esse mar de jalecos brancos expôs a fragilidade do descaso senatorial. A manifestação não foi só um desabafo: foi um ultimato democrático, lembrando que o povo da enfermagem vota, milita e sustenta a saúde

pública. Senadores presentes viram de perto o rosto da exaustão real — não a dos ternos climatizados, mas a das mãos calejadas que salvam vidas 24 horas por dia. Brasília tremeu com essa potência coletiva, e o eco ainda ressoa nos plenários.

Mas eis que surge o senador Otto Alencar, presidente da CCJ, com uma “proposta” que causa espécie: ele topou pautar a PEC para votação na próxima semana, desde que a categoria aceite elevar a jornada de 30 para 36 horas semanais. Após um ano de engavetamento, o aceite vem atrelado a mais sofrimento: mais horas de plantão, mais burnout.

Por que tanta má vontade com a enfermagem? Essa insistência em barganhar direitos básicos revela uma elite política que vê a categoria como mão de obra descartável, não como pilar do sistema de saúde. Enquanto médicos têm pisos indexados e jornadas flexíveis, a enfermagem — 80% da força de trabalho hospitalar — é tratada como eterna aprendiz. Alencar e aliados ignoram que 30 horas não é capricho, mas ciência: estudos comprovam o risco de erros médicos com jornadas exaustivas.

A desvalorização crônica da enfermagem custa caro ao Brasil. Hospitais sangram com turnover recorde, faltas por esgotamento e qualidade de atendimento em queda livre. A PEC 19 corrige isso com reajuste anual pelo INPC e jornada de 30 horas, fomentando retenção e excelência. Mantê-la engavetada ou desvirtuá-la é sabotar o SUS, condenando pacientes a filas eternas e erros evitáveis. Senadores, acordem: o Brasil não perdoa quem vira as costas para seus heróis da saúde.

Chega de joguinhos! A enfermagem brasileira, unida como nunca, exige a votação imediata da PEC 19. Não aceitaremos migalhas nem chantagens.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Sem a enfermagem, o Brasil para. E quem sustenta a saúde do país não pode continuar sendo invisível.



“Chega de joguinhos! A enfermagem brasileira, unida como nunca, exige a votação imediata da PEC 19. Não aceitaremos migalhas nem chantagens.”

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA